

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

não deve ser encarado como panaceia. Com efeito, tem os seus limites, não dispensando a existência de outro tipo de medidas, designadamente as que são próprias dos Estados-Providência.

Cláudia Nogueira

## Movimentos sociais

Os movimentos sociais constituem uma forma de ação coletiva, paralela às revoluções, aos motins ou aos grupos de interesse. No caso específico dos movimentos sociais, estes caracterizam-se pela solidariedade entre membros face a um objetivo comum, pela identificação de um determinado obstáculo ou adversário e pela possibilidade de ameaçar o poder vigente, produzindo transformação social.

Estudos sobre movimentos sociais identificam Portugal como historicamente frágil em matéria de mobilização social em virtude de ter vivido a mais longa ditadura da Europa ocidental. Neste cenário, o movimento sindical, com características muito próprias, surge como a grande exceção. No entanto, estudos recentes sublinham o potencial de mobilização social em torno de momentos específicos, a capacidade de articular causas de modo transversal e os mecanismos através dos quais a sociedade civil portuguesa aprendeu a mobilizar o direito e a cultura em prol de demandas específicas. Ao longo dos anos 1990, diversos movimentos sociais adquiriram visibilidade, ganhando espaço na esfera pública nacional. Entre estes, destacam-se sobretudo os chamados novos movimentos sociais, tais como os movimentos ambientalista, antirracista, estudantil, feminista, pró-escolha, e lésbico, *gay*, bissexual e transgénero (LGBT). Debatendo-se com poucos recursos financeiros e humanos, estes movimentos revelam reportórios de ação estrategicamente adaptados aos objetivos identificados, investindo sobretudo em técnicas de ação direta (*beijaços*, *sit-ins*, *flashmobs* e demais manifestações de rua), em técnicas de pressão (*lóbi parlamentar*) e no uso dos média como forma de aceder ao espaço público. Em especial após o 1.º Fórum Social Português, em 2003, estes movimentos desenvolveram técnicas de trabalho conjunto, verificando-se por vezes uma acumulação de trajetos simultâneos de militância, envolvendo também experiências no mundo sindical e político-partidário.

Os movimentos sociais representam uma energia preciosa, funcionando como mecanismo de monitorização relativamente ao governo e às políticas

públicas, ao mesmo tempo que permitem canalizar a indignação para formas organizadas de intervenção e transformação social.

*Ana Cristina Santos*

## **Multiculturalismo**

O conceito de multiculturalismo nasceu nos anos setenta do século passado em países fortemente marcados pela presença de comunidades imigrantes, como o Canadá ou a Austrália. Diferentemente da ideologia assimilacionista do “*melting pot*” norte-americano, assente no postulado da integração e fusão numa nova identidade pós-migratória (cujos limites, aliás, eram desde logo evidentes pela exclusão da população negra ou indígena), a noção de multiculturalismo aponta para políticas adotadas por Estados que se reconhecem como multiétnicos e estabelecem o respeito pela identidade cultural das diferentes minorias como princípio de governação.

Na medida em que reconhece a diversidade cultural como um valor positivo que deve ser defendido, o conceito é de manifesto sinal progressista. No entanto, tem vindo progressivamente a ser posto em causa a partir da perceção de que, mais do que baseado numa lógica de reconhecimento, o multiculturalismo assenta num princípio de tolerância que não põe verdadeiramente em causa as relações de poder nem pressupõe dinâmicas de inter-relacionamento. Deste ponto de vista, o multiculturalismo alimenta uma conceção estática de identidade e, em consequência, uma perceção da diversidade cultural em que, como nas peças de um puzzle, a diferença apenas se justapõe e as fronteiras surgem, não como espaço de encontro e hibridação, mas como linha de demarcação entre realidades que não chegam a interpenetrar-se. Assim, a crítica ao multiculturalismo tem-se feito em nome de um conceito de interculturalidade, no âmbito do qual se torna possível pensar as lógicas de tradução e as dinâmicas inter-relacionais que desestabilizam a rigidez da construção multicultural da diferença.

Por outro lado, declarações como as proferidas não há muito por Angela Merkel sobre o “fracasso do multiculturalismo” na Alemanha mostram como o conceito, apesar das suas ambiguidades, mantém um potencial crítico de visões hegemónicas das políticas de identidade.

*António Sousa Ribeiro*